

Veículo: *O Estado de S.Paulo*

Data: 26/7/2009

Autor: Sérgio Fausto

Nem Chávez nem Fujimori

No início de julho, Alan Garcia, presidente do Peru, voltou a mudar o seu ministério, a terceira vez em três anos de mandato, diante de mais uma crise política. O estopim, desta feita, foram embates na Amazônia peruana entre forças policiais e organizações indígenas e camponesas, com um saldo de 35 mortos.

A onda de violentos conflitos sociais levantou-se ao final de 2008. Entre outubro e novembro, na região andina de Cuzco, por mais de um mês, houve bloqueio de estradas e depredação de prédios públicos. Nos dois casos, os conflitos opuseram o governo e organizações indígenas e camponesas em torno de leis e empreendimentos envolvendo o uso de recursos naturais. Sintomaticamente, na última semana, a federação dos pequenos agricultores camponeses deu início a uma iniciativa popular visando aprovar lei revogatória de toda a legislação recente sobre o uso da água, recursos florestais e minerais.

Mal realizada a mudança ministerial, Garcia se viu diante da convocatória de uma greve geral, que reuniu várias entidades e paralisou parcialmente algumas cidades do país. Segundo a Defensoria Pública, haveria no momento 226 conflitos ativos no Peru. Difícil dizer o que esse número de fato significa, mas é indicativo de um ambiente político e social conturbado, no qual se inclui a reativação embrionária do movimento guerrilheiro Sendero Luminoso, agora estreitamente vinculado ao tráfico de cocaína.

O aparente paradoxo é que, entre 2001 e 2008, o Peru foi o país que melhor desempenho econômico apresentou na América Latina: crescimento médio de 6,5% ao ano, inflação baixa e equilíbrio nas contas externas, fundamentos que tem ajudado o país a melhor assimilar os impactos da crise financeira global.

A explicação mais freqüente para o aparente paradoxo é a de que “a economia vai bem, mas o povo vai mal”. Não é bem assim: tem havido queda da pobreza; mobilidade social para cima e maior investimento público no interior do país. Tudo isso, no entanto, acontece de forma lenta, mal distribuída e incerta, agravando o ressentimento de indígenas e camponeses concentrados na Amazônia e nos Andes peruanos em relação às classes médias e altas da região costeira, onde está Lima.

Nas regiões da serra e da selva, há uma longa tradição de resistência às pressões da agricultura comercial e da exploração empresarial de recursos naturais, em defesa das estruturais sociais e econômicas das comunidades indígenas e camponesas. As tensões recrudesceram a partir dos anos 90, na esteira de investimentos crescentes na exploração de minérios e gás mineral, abundantes no país. Desde logo, Garcia fez da abertura de novas fronteiras a investimentos na exploração de recursos naturais, incluindo mar e florestas, o seu cavalo de batalha. Em notória série de artigos publicados em 2007, valeu-se do antigo provérbio espanhol “como el perro del hortelano, que no come ni deja comer” para caricaturar a atitude dos que opunham resistência, crítica ou ressalva aos seus intentos de extrair máximo proveito do engate entre um Peru pródigo em recursos naturais, de um lado, e uma economia mundial ávida por eles, de outro. A metáfora canina certamente não o ajudou a construir um clima de entendimento que pudesse facilitar a deliberação racional e democrática sobre os custos sociais e ambientais do “progresso”. Quem semeia vento...

Desse quadro de confrontação, beneficiam-se Chávez e Morales, assim como movimentos sociais radicalizados. A ingerência do primeiro na política doméstica peruana não é de hoje. Já nas eleições presidenciais de 2006, Chávez trabalhou ostensivamente em favor do candidato Ollanta Humala, militar de tendência ultranacionalista, autoritária e populista, que chegou em segundo lugar, perdendo para Garcia por estreita margem de votos. Morales, por sua vez, vê nos Andes peruanos uma extensão da territorialidade cultural e política dos Altiplanos bolivianos, pois em ambos prevalecem populações quéchuas e aymaras.

No momento, são duas as perguntas pendentes sobre o Peru: como evoluirá a crise política atual e qual será o seu impacto sobre as eleições presidenciais marcadas para abril de 2011. Pesquisa recente do instituto de opinião pública da Universidade Católica

de Lima traz dados interessantes para conjecturar a respeito. O primeiro deles é que a preferência por uma mudança radical na política econômica, embora significativa, é minoritária (30%). O segundo diz respeito às intenções de votos no candidato Ollanta Humala, que embora apareça perto dos primeiros colocados, apresenta rejeição superior a 50%, obstáculo difícil de ser vencido em eleições com dois turnos. O terceiro é a maciça rejeição a Chávez (70% dizem não votar em candidato por ele apoiado).

Tais dados devem ser tomados com cautela. Para quem olha mais à frente, há razão para preocupar-se: a desaprovação ao governo de Alan Garcia é enorme, a desmoralização das instituições políticas não é menor e o espaço para candidatos “anti-sistema” está aberto (não só Humala, mas também Keiko Fujimori, filha do ex-ditador Alberto Fujimori, recém condenado por crimes contra os direitos humanos).

O Peru pode nos parecer “um distante outro mundo”. Ocupa, porém, um lugar chave na construção de uma América do Sul estável, democrática e sustentavelmente desenvolvida. Passa por ele a solução pacífica de contenciosos fronteiriços, com Chile e Bolívia. Mas não é só. Comparado a Bolívia e Equador, o Peru é mais urbanizado, economicamente diversificado e conectado ao mundo. Tem, por isso, melhores chances de abrir um caminho alternativo entre a utopia regressiva do “mundo andino”, manipulada por Chávez, e a insensibilidade neoliberal em relação aos aspectos ambientais, sociais e culturais do desenvolvimento, herança de Fujimori que o governo Garcia abraçou com gosto.